

**RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.911 - SC  
(2019/0350738-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**REQUERENTE : ROBERTO PORTES DA SILVA**  
**ADVOGADO : VINÍCIUS FRACARO - PR087181**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração interposto por ROBERTO PORTES DA SILVA, contra decisão que indeferiu liminarmente o recurso ordinário, em virtude da deficiência de instrução dos autos.

No presente pedido sustenta que *"Em que pese o indeferimento por parte de Vossa Excelência do presente writ, a apontada deficiência está sanada com a degravação anexada a este, pois todos os demais elementos/documentos foram devidamente acostados (antecedentes criminais, conversão da prisão preventiva, demais informações do juízo de primeiro grau, acórdão de segundo grau, petição de recurso ordinário e afins)"* (fl. 114).

Pleiteia, dessa forma, a reconsideração da decisão combatida para que seja determinado o regular processamento do presente recurso ordinário em **habeas corpus**.

É o breve relatório.

**Decido.**

Juntados aos autos os documentos necessários para a compreensão da controvérsia, **procedo à análise do pedido liminar**.

Postula o recorrente, em linhas gerais, a revogação de sua prisão preventiva, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar, sustentando, ainda, que suas condições pessoais seriam favoráveis. Pleiteia, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

Na hipótese, **ao menos neste juízo de prelibação**, tenho que o v.

acórdão que decretou a prisão preventiva do recorrente está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente se considerada a quantidade de droga apreendida (fls. 115-116).

Nesse sentido, cito o seguinte precedente desta eg. Corte:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CRIME. MAUS ANTECEDENTES CRIMINAIS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

*1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.*

*2. No caso, as circunstâncias concretas do crime, como a quantidade de droga que o recorrente tinha em depósito e sua forma de acondicionamento (18 tabletes de maconha, envoltos em plástico transparente, pesando 309,20g), a associação com mais 13 (treze) suspeitos, voltada para o intenso comércio de drogas e sua vasta folha de antecedentes criminais, inclusive com condenação transitada em julgado pela mesma espécie de crime, tráfico de drogas, são fatores que justificam a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto revela a periculosidade acentuada e o comprometimento da ordem pública. Precedentes.*

*3. Recurso Ordinário em habeas corpus desprovido" (RHC 80.109/GO, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 01/08/2017)*

Dessarte, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **reconsidero a decisão de fls. 106-108 e indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. juízo de primeira instância.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator